



problemas da revolução
brasileira

NÚMERO ESPECIAL :

FRENTE BRASILEIRA DE

INFORMAÇÃO

Nº 4

DEZEMBRO

70

APRESENTAÇÃO

Nosso número 4 saiu antes da data prevista. Sai no entanto como número especial, consagrado à Frente Brasileira de Informações. Por isso, nossos leitores não encontrarão no presente número a continuação dos textos que começamos a publicar no número 3. Estes textos - Crise Brasileira de Carlos Marighella, Movimento Estudantil de Julia Moura e Classe Operária e Camadas Médias de Fernando de Andrade - reaparecerão no número 5, a ser publicado no início do próximo ano.

Não é difícil compreender o porquê deste número especial. O trabalho político no exterior, mesmo sem considerar a importância tática de uma retaguarda na luta sem quartel contra a ditadura, e a importância política da atividade regular de informação, denúncia e propaganda, tornou-se cada vez mais necessário na medida em que a campanha de "tortura e aniquilamento" empreendida pela ditadura oligárquica e militar contra a resistência popular, sobretudo armada tende a manter, senão a aumentar, o fluxo da emigração política brasileira. De resto, os resultados concretos deste trabalho já se fazem sentir não somente no exterior mas inclusive no Brasil. A campanha de denúncia da tortura, embora não tenha impedido que as torturas prosseguissem, tornou infinitamente mais caro o preço político que por elas paga e pagará a ditadura dos torturadores. As denúncias de hoje serão as atas de acusação com as quais amanhã os tribunais populares que julgarão os cães raivosos instalados no governo de nosso país.

Nosso editorial "Pela reorganização da FBI em Paris" é ao mesmo tempo um relatório e uma análise crítica. O relatório expõe os problemas da FBI. A crítica busca identificar-lhes as causas e, no referente a Paris, indicar as soluções mais corretas bem como indicar as forças e correntes políticas que vêm constituindo obstáculo a que se atinjam estas soluções.

O princípio da discussão política organizada constitui a espinha dorsal de nossa concepção. Se existe enfrentamento no seio da FBI, é ele opõe os partidários das "soluções" burocrático-administrativas aos partidários da discussão democrática como forma correta de resolver os impasses de uma entidade política.

Nesse sentido cumpre salientar que antes mesmo de ser divulgado, o presente número de Debate conseguia uma primeira vitória. Na preocupação de estimular o debate político no seio da FBI nosso boletim propôs às diferentes organizações, correntes e indivíduos que exprimissem no presente número seu ponto de vista. Mais, facultou àqueles que nossa crítica visava em primeiro lugar leitura prévia do editorial (do que se aproveitaram aliás, de maneira pouco honesta, para sem nossa autorização distribuir có-

pias de um texto que sabiam não ser definitivo). Devemos dizer desde logo que as organizações e correntes criticadas no editorial preferiram não responder (com a única exceção de nosso ex-colaborador Carlos Moura). Em compensação soubemos - não sem surpresa - que aqueles mesmos que já há meses vinham recusando a discussão política sob os mais variados pretextos (desde os sarcasmos puros e simples até as "questões de segurança"), resolveram, de repente abrir na FBI de Paris uma "Tribuna de Debate". A idéia em si é muito boa, tanto assim que sempre a defendemos inclusive contra os que hoje a propoem. Pena que só lhes tenha ocorrido depois que Debate resolveu, sem pedir licença a ninguém, proporcionar a todos os companheiros da FBI a possibilidade concreta de discutir politicamente os problemas da entidade. Consideramos que o melhor lugar para discutir os problemas da FBI é a própria FBI. Foi só porque enquanto tal discussão ali permaneceu abafada que nos resignamos a abrir fora da entidade uma discussão e um esforço de elaboração coletiva que deveria se realizar dentro dela. Assim que esta situação se corrigir - se ela se corrigir - consideraremos terminada nossa missão. E junto a todos os companheiros da FBI, iremos discutir lá dentro seus problemas.

Por mais que nos esforçássemos para fazer chegar a todos os interessados nossa proposta de participação neste número especial, não conseguimos evitar que algumas organizações que certamente terão opinião a dar não fôssem avisadas a tempo. Também não nos é possível saber quantas correntes e grupos de companheiros que vêm trabalhando em termos de frente única para a FBI - isto é, sem pertencer a uma organização determinada - ficaram de fora desta primeira etapa da discussão. Que fiquem claras duas coisas: 1) a todos que não tendo pedido ser avisados a tempo mas que desejam exprimir seu ponto de vista Debate continua aberto; 2) todos os que foram especificamente visados por nossas críticas tiveram oportunidade de respondê-la e se por um acaso não tiverem tido também terão oportunidade de fazê-lo.

INDICE

EDITORIAL-PELA REORGANIZAÇÃO DA FBI EM PARIS.....	5
CORRESPONDÊNCIA ENTRE MIGUEL ARRAES E "ROBERTO" a propósito dos problemas da Frente Brasileira de Informações.....	13
DECLARAÇÃO DA AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL.....	19
CARTA DE DEMISSÃO DE CARLOS MOURA.....	20
A PROPÓSITO DO PEDIDO DE DEMISSÃO DE CARLOS MOURA.....	21
OS GORILAS E A ARTE EPISTOLAR.....	23

PELA REORGANIZAÇÃO DA FBI EM PARIS

I - Dentre os obstáculos que hoje entravam o desenvolvimento da FBI, alguns são consequência da situação política geral de nosso país, exprimindo por conseguinte a correlação global de forças entre Revolução e Contra-Revolução. Outros resultam de erros, insuficiências e incompreensões surgidos no próprio seio da FBI. Não lhe cabe nem lhe é possível, eliminar os primeiros, mas é dever impostergável de todos que militam e que se interessam pela FBI buscar desde já soluções para os segundos.

II - Os obstáculos políticos gerais - que não cabe a FBI remediar, mas sim simplesmente levar em conta na formulação de seu programa e de seus métodos de trabalho - são fundamentalmente dois:

- a) inexistência de Frente Única contra a Ditadura
- b) o fato de estar o FBI relativamente separada do movimento objetivo da luta do povo brasileiro, devido à necessidade de se organizar principalmente no exterior.

III - Os obstáculos provocados por erros, insuficiências e incompreensões no interior mesmo da FBI são sobretudo os seguintes:

- a) indefinição da estrutura organizatória e dos critérios políticos que orientam a composição de seus membros e de sua direção em todos os níveis.
- b) empirismo e improvisação nas relações com partidos e organizações do interior do Brasil,
- c) empirismo, improvisação e conciliação no processo interno de discussão dos problemas e obstáculos acima definidos.

IV - Necessário e urgente se torna pois uma ação enérgica e decidida por parte de todos os aderentes da FBI que querem antes de tudo fortalecê-la como instrumento, complementar mas indispensável, da luta do povo brasileiro por sua libertação. Para tanto cabe inicialmente determinar a natureza dos erros, insuficiências e incompreensões responsáveis pela situação atual. Cumpre em seguida definir corretamente os métodos e perspectivas de sua solução.

V - Se fizermos um balanço crítico das atividades da FBI em seu primeiro ano de existência, constataremos que:

- a) seu avanço deveu-se principalmente à campanha de denúncia da repressão praticada pela ditadura oligárquico-militar contra o povo brasileiro e em especial, à denúncia do emprêgo sistemático e em larga escala da tortura como método principal de combate à resistência popular e sobretudo à resistência armada. Realizando esta campanha, a FBI cumpriu - e continua cumprindo - uma tarefa cuja necessidade e cuja importância ninguém em sã consciência poderia pôr em dúvida.
- b) no cumprimento desta tarefa - sem dúvida a mais importante que realizou até agora e que o fez merecer o crédito com que conta frente à opinião democrática e socialista nacional e internacional, a FBI contou principalmente com seus próprios recursos, humanos e materiais, a saber, com os militantes brasileiros exilados e com as entidades e partidos progressistas e socialistas nos diversos países onde se encontra a emigração brasileira. Sempre existiu no entendimento dos responsáveis da FBI a necessidade de estabelecer vínculos sólidos com as organizações partidárias brasileiras que se batem contra a ditadura e contra o imperialismo. Algumas destas organizações participaram através de representantes seus, das discussões preliminares que levaram à formação, em novembro 69, da FBI. Mas tal participação foi "informal" no sentido de que não foi então assumida explicitamente nem pelos responsáveis da FBI nem pelas organizações. Isto correspondia aliás, à indefinição geral em que foram deixadas quase todas as questões relativas ao conteúdo político e à estrutura orgânica da FBI. Um rápido exame dos primeiros documentos distribuídos por seus responsáveis confirmará o que dizemos.

VI - O documento intitulado "Front Brésilien d'Information" redigido em francês, ainda em 69, assim se exprime:

"Son siège (da FBI) est à Paris et il (a FBI) dispose d'une équipe de correspondants au Brésil...". E acrescenta: "Une équipe de militants d'ideologies diverses est chargée de... sélectionner et de... vérifier (les nouvelles transmises par le FBI)".

Outro dos documentos iniciais da FBI, divulgado sem título e em português informa que:

"artigo 1 - O Front tem por objetivo defender a luta do povo brasileiro, divulgando informações e documentos..."

"artigo 2 - O Front será um instrumento de luta política que ajudará a polarizar forças contra o imperialismo e contra a ditadura".

"artigo 6 - Para cumprir a sua finalidade, o Front precisa de apoio de todas as organizações brasileiras e de todos os brasileiros e estrangeiros que, não pertencendo a qualquer uma delas, queiram colaborar com a luta do nosso povo". Finalmente o 8 e último artigo do documento afirma que o "Front julga fundamental contar com o apoio político das organizações que concordem com seu programa de trabalho".

É evidente uma certa ambiguidade de formulação. Fala-se em "militants d'ideologies diverses", em "apoio de todas as organizações", em "apoio político" das "que concordem com seu (da FBI) programa de trabalho", etc. Vê-se que nesta época tratava-se de tatear o terreno, e a incerteza da linguagem repetia a incerteza da política a seguir. Por trás destas duas incertezas havia contradições bem concretas que não cessavam de se desenvolver.

VII - Quais são estas contradições? A despeito da variedade de suas manifestações, elas se reduzem às duas seguintes:

1 - A FBI realiza trabalho de frente única numa etapa em que inexiste Frente Única no Brasil,

2 - a FBI se apoia principalmente em recursos humanos da emigração e do exterior mas busca o fundamento último de sua legitimidade nas forças que combatem no interior do Brasil.

Estas duas contradições fundamentais nada mais são do que o reflexo, no interior da FBI, dos obstáculos políticos gerais a que aludimos nos & I, II e III.

Donde se conclui que os erros, incompreensões e insuficiências com que hoje ela se defronta nada mais são que a expressão de sua incapacidade em situar-se corretamente diante da problemática objetiva da esquerda brasileira. Em outros termos: é por não ter definido adequadamente os limites e as particularidades que a situação atual da luta de classes no Brasil impõe às suas atividades que a FBI desgasta-se na tentativa vã de fazer o que não lhe compete ao mesmo tempo que não fazia o que lhe compete. O exame mais atento destas duas contradições confirmará o que dizemos.

VIII - A FBI realize trabalho de frente numa etapa em que inexiste Frente Única no Brasil. Para os que raciocinam mecanicamente, só haveria duas soluções a esta contradição: ou a FBI continua operando, mas não em caráter de frente única, ou cessa de operar até que se constitua no Brasil a Frente Única. "Ou então combinar-se-iam as duas hipóteses: a FBI deixaria de operar como frente única - regressando à condição de mera agência de informações - até que, constituída a Frente Única, ela se "legalizasse" como um dos instrumentos desta Frente. Porém, para os que utilizam a dialética na compreensão dos fenômenos políticos, e em especial para os marxistas, não se trata de suprimir unilateralmente um dos termos da contradição, e sim de resolver na prática a própria contradição. Que fazer e como fazer para resolvê-la? Antes de mais nada assumindo-a. A FBI é um trabalho de frente única no exterior. A FBI não é a Frente Única. Marx disse uma vez que a História caminha pelo lado mais fraco. Não há nada de extraordinário no fato de que seja justamente no exterior que se reúnam as condições

para dar início a um trabalho - rudimentar, semi-artesanal, é verdade - de frente única. Que a prática de frente única surja no trabalho complementar - e não na luta principal - que só se pode travar ao lado do povo, no combate direto contra os opressores e exploradores - isto não significa, nem poderia significar usurpação, por parte dos emigrados de iniciativas que só caberiam aos que estão dentro do Brasil. Significa apenas que a cada um, dentro de suas possibilidades, cabe fazer o máximo, e que se é possível no exterior trabalhar em nível de frente, seria ridículo e mesmo condenável, não o fazê-lo só porque tal trabalho ainda não é possível no interior do país.

Quanto à questão de saber qual o alcance e perspectivas do trabalho de frente única no exterior, só a prática poderá dar respostas definitivas. E batendo-se para fortalecer, ampliar e aprofundar o trabalho da FBI que seus aderentes mostrarão o valor objetivo de suas atividades. É a própria eficácia e utilidade da FBI que justifica sua existência. Com efeito, a alternativa para o trabalho de frente no exterior é cruzar os braços no exterior (ao menos no referente ao trabalho de frente). É essa alternativa que na prática propõe os vanguardistas do chamado "corpo diplomático da esquerda revolucionária". Reduzindo a discussão política na FBI aos portadores de carteirinhas e credenciais, eles repetem ainda uma vez o erro infantil que tem sido repetido pelos setores mais combativos de nossa esquerda: mobilizam os já mobilizados e desmobilizam os mobilizáveis. Basta olhar para o que está ocorrendo com o FBI de Paris para constatar a obviedade do que dizemos.

IX - O exame da segunda contradição, a saber, que a FBI se apoia principalmente em recursos humanos da emigração e do exterior, mas busca o fundamento último de sua legitimidade nas forças que se batem no interior do Brasil, nos levará a conclusões análogas. A revolução brasileira se faz no Brasil ou então não se faz. Constatação tão evidente que poderia parecer até inútil repeti-lo aqui. Mas como surgiram, no próprio seio da FBI certos temores de que ela se transformasse em "exército da salvação no exterior" e "frente de trabalho simbólico para militante no exterior" (entre aspas no texto original; as duas fórmulas se encontram no documento "Frente Brasileira de Informação", redigido em meados de 70; a ele voltaremos mais adiante), é preciso deixar bem claro o papel que a FBI se propõe a desempenhar à medida que, cumprindo suas tarefas e resolvendo seus problemas iniciais, desenvolva todas suas potencialidades. Politicamente, a FBI na medida em que consiga, nas condições mais favoráveis do exterior, realizar um trabalho de frente, pode estimular a formação, no Brasil, de uma Frente Única contra a ditadura. Mas estimulará até o ponto em que isso é possível a um organismo político separado das grandes massas da população. Na medida em que se relacione corretamente com as forças que no interior do Brasil representam a causa do povo, a FBI atenuará os efeitos negativos desta separação. Mas nunca poderá substituir-se à Frente única sob pena de transformar-se em mero órgão de fachada, sem crédito nem expressão real. Em resumo: a FBI cumpre tarefa politicamente positiva na medida em que trabalhando em nível de frente estimula a criação no Brasil da Frente única. Passaria a desempenhar papel negativo se pretendesse apresentar-se como equivalente ou substituto de uma Frente Única que ainda não existe, e que só pode surgir como resultado histórico da elevação do nível político da luta revolucionário no interior do Brasil.

X- A concepção do caráter político e da estrutura organizatória da FBI na presente etapa decorre destas considerações. A FBI é uma entidade independente. Esta independência não tem apenas um caráter negativo, não se destina apenas a evitar que seja encampado por uma ou outra organização" como erroneamente dá a entender o documento "Frente Brasileira de Informações". Tem sobretudo um caráter positivo: ela realiza um trabalho de frente única que justamente as organizações como tais - e enquanto persistirem a atual divisão da esquerda - não podem realizar.

Por isso mesmo a FBI agrupa - ou pelo menos reúne as condições políticas para agrupar - toda uma parcela da esquerda que, não aceitando total ou parcialmente os métodos atuais das organizações existentes, ou considerando que não têm elementos para saber qual é, na vasta morfologia de nossa esquerda, "a" organização revolucionária, dispõe-se, no entanto, a militar num organismo de frente, em função de uma plataforma mínima de unidade (anti-ditadura, anti-imperialista.) A independência da FBI exprime pois uma exigência particular à situação presente, em que inexistente Frente Única no Brasil. A questão de suas relações com as organizações atuando no interior deve ser resolvida a partir daí. Só uma Frente Única poderia tratar a FBI como um órgão seu. Por isso, justamente, na medida em que contribui para a formação desta Frente Única, a FBI trabalha no sentido de suprimir - dialeticamente - sua própria independência, isto é - para colocar positivamente o mesmo processo - no sentido de suprimir sua própria separação relativamente ao processo objetivo da luta de classes. Mas esta supressão - que será ao mesmo tempo superação da situação atual - deve ser o resultado histórico do desenvolvimento tanto da FBI quanto - o que é muito, infinitamente, mais importante - das forças revolucionárias no Brasil. É pois ridículo querer suprimir por decreto a independência da FBI, mediante acordos de cúpula entre algumas organizações (ou melhor, entre seus representantes em Paris). Vê-se pois que independência não significa absolutamente auto-suficiência. O que em última instância legitima a FBI é a própria luta revolucionária. O que no imediato a legitima é o próprio trabalho que desenvolve, isto é, a informação, denúncia e propagação a serviço da Revolução Brasileira. Entre a legitimação, em primeira instância, da FBI por seu próprio trabalho e sua legitimação em última instância pela luta revolucionária dos oprimidos e explorados do Brasil, não há lugar, ou melhor, não deve haver lugar para pseudo-legitimações de cúpula, de qualquer tipo que seja. Os problemas políticos gerais e específicos da FBI devem ser resolvidos por todos os seus militantes. Daí os profundos erros políticos do documento "Frente Brasileira de Informações", que pretende substituir a dinâmica objetiva do processo político por uma série de decretos perfeitamente burocráticos. Na medida em que este documento resume uma concepção que se tem mostrado extremamente tenaz e que, em nosso entender, vem constituindo o fator maior da paralisação política que hoje se encontra a FBI, julgamos importante consagrar um tópico especial à sua análise.

XI- Duas passagens do documento "Frente Brasileira de Informações" sintetizam todos os seus desvios. A primeira se refere à questão da legitimidade revolucionária da FBI e está assim redigida: "Para preencher estas necessidades... (a saber: "divulgar as ações que concretizam ... o avanço da guerra revolucionária no Brasil (sic)" e "denunciar a violação dos direitos humanos (sic)", é indispensável um organismo autenticado pelo movimento revolucionário. Isto evitará que sejam assumidos compromissos por gente (sic) não autorizada". A concepção administrativa burocrática salta aos olhos. Atribui-se ao "movimento revolucionário" (sem maiores especificações) o papel de tabelião das entidades de frente única, cabendo-lhe atribuir-lhes o carimbo da autenticação. Isso para evitar "que sejam assumidos compromissos por gente (sic) não autorizada". Tal é a lastimável redução dos problemas políticos à questões puramente técnicas. Tanta importância atribuída às questões de cartório só poderia redundar na subestimação dos verdadeiros problemas. Não é pois de estranhar que o documento "Frente Brasileira de Informação", ao considerá-los, acumule erros e desvios. Chamamos a atenção para um deles, o mais sintomático. Falando do que chama uma "plataforma política bem definida", o documento salienta que a "nitidez da plataforma impedirá a utilização do organismo de divulgação por grupos contrários ao atual processo de luta armada no Brasil". Somos levados involuntariamente a pensar na estória do ladrão que foge gritando "pega ladrão"! Se fôrmos verificar o que os redatores do documento entendem por "plataforma política bem definida", encontra-

remos a seguinte definição:

"Plataforma política (grifado no original): a FBI divulga todo material ou informação que propaga ou favorece a luta armada, de caráter popular, contra a ditadura e o imperialismo no Brasil". É tudo. O mais grave porém não está aí. Porque sectarismo e baixo nível político não são apanágio de nenhum indivíduo em particular mas expressão de um estágio de nosso movimento revolucionário. Mas aos sectários pede-se ao menos que sejam coerentes, que sejam honestos em sua estreiteza mental. Os que pensam - e ninguém lhes nega o direito de assim pensar - que deve ficar vedado o ingresso da FBI às organizações, grupos e indivíduos "contrários ao atual processo de luta armada" (isto é, ao processo de guerrilha urbana tal como atualmente se desenvolve no Brasil), não podem, sem cair no mais descarado oportunismo, incluir entre as organizações que devem compôr um plenário da FBI (ao qual caberia, segundo o documento, a eleição do secretariado executivo da FBI), algumas são críticas ou mesmo abertamente contrárias a este "atual processo". Ora, é com espanto que lemos no fim do documento, na lista das organizações que devem compôr o plenário, o MPL. Esta organização, como é notório, entende não ter o atual processo de luta armada um caráter popular. Ninguém nega ao MPL o direito de pensar assim. Achamos mesmo que se ele é coerente com esta posição, se a defende e se luta por torna-la hegemônica, nada mais se está fazendo do que sua obrigação. Não é pois o MPL que é incoerente; incoerentes - e oportunistas - são os que, sabendo disso, incluem-se no plenário das organizações armadas...

XII- Encerramos nosso balanço da atuação da FBI em seu primeiro ano de existência com o último em data de seus documentos, intitulado "Front Brasileiro de Informação :Definição". Continuando no zigue-zague que tem marcado a discussão sobre a FBI, este documento, em cujo cabeçalho se lê "Documento Aprovado" (sem que se diga como nem por quem) expõe uma concepção que de certa maneira sintetiza os aspectos positivos e negativos até agora examinados. Por isso mesmo é uma imagem fiel do que é hoje a FBI.

No referente a questão da independência (que chama de "autonomia"), o presente documento adota posição correta:

"Artigo 1 - a FBI é uma entidade autônoma... que tem por objetivo a tarefa de divulgação da luta do povo brasileiro contra a ditadura e o imperialismo". Além disso, indica certas normas de funcionamento (inclusive no referente as relações entre o Comitê de Direção - nome adotado em lugar de "secretariado executivo" - e as organizações combatentes no Brasil) que consideradas do ponto de vista puramente técnico são corretas. Param aí as qualidades do documento em exame. Seus defeitos são de dois tipos: os erros que contem e as questões que deixa de lado.

XIII - Com relação aos primeiros: algumas das formas que emprega não podem em absoluto figurar num texto sequer definitivo, e válido para uma frente única. Já no artigo 1 atribui à FBI a tarefa de "demonstrar o processo de submissão colonial imposto ao país." Em nosso entender, quer demonstrar o indemonstrável, já que a submissão imposta ao nosso povo (e não apenas nem principalmente país) não é de tipo colonial. Mas não é aqui lugar para discutir a natureza econômica dos vínculos de dependência que nos subordinam às grandes metrópoles capitalistas. O que é absurdo é querer impingir a FBI uma concepção bastante criticada e praticamente superada nos meios marxistas...

XIV - O documento "FBI:Definição" define pois tudo, salvo o essencial: que tipo de vida política deve ter a FBI? É mera agência de informações controlada por duas ou três organizações "de luta armada" (de guerrilha urbana) ou uma associação, entidade política, em que todos os democratas - socialistas, unidos por uma plataforma mínima antiditadura e antiimperialista possam se reconhecer? Tudo indica que o documento pende para esta segunda concepção com o que só podemos concordar. Mas limita-se a pender em direção delas... Porquê não resolveu - nem mesmo colocou - a questão sem a qual a FBI não terá nunca uma linha política, não será nunca um organismo de frente única: a questão de seus princípios e de sua es-

estrutura política interna. Por isso a questão da legitimidade política da FBI continua em aberto; por isso sua direção central (seu Comitê de Direção na linguagem do último documento) continua à mercê de maiorias eventuais, sejam elas de grupos e blocos de organizações, de personalidades ou de grupos independentes da emigração. Por isso, e a despeito dos pontos corretos contidos no documento, é mais uma das muitas tentativas de conciliação. Ora, a FBI chegou a uma situação em que não pode mais viver em termos de conciliação. Seu prestígio interno e internacional cresceu, a possibilidade de mobilização de todas as forças políticas e de todos os recursos humanos da emigração e do exterior é cada vez mais viável, o que implica uma exigência de seriedade política incompatível com os zigue-zagues intermináveis em que se debatem as diferentes - e fugazes - "maiorias" que até agora vêm tentando liberar a FBI.

XV - A legitimação da estrutura política interna da FBI só pode vir, na presente etapa, de seus próprios militantes. Por "presente etapa" entendemos a que se caracteriza pela inexistência, no Brasil, de uma Frente Única. Negar esta tese é voltar às querelas entre as diferentes organizações "de luta armada" (isto é, as que fazem guerrilha urbana e as que "são pela luta armada") e os diferentes grupos locais da emigração. Nesse sentido, a situação atual chegou a um máximo de deterioração, sobretudo em Paris, onde praticamente todas as tendências da esquerda estão representadas e onde não há hegemonia definida. Qual é alternativa prática à luta de cúpula e a dinâmica dos compromissos? Para bem resolver este problema é necessário formulá-lo com toda a sua complexidade. Hoje, após meses de conciliação, alguns representantes de algumas organizações favoráveis à luta armada pretendem, em Paris, resolver por decreto as questões políticas centrais da FBI. Num dogmatismo tanto mais cego quanto menores são os argumentos políticos em que se apoia, pretendem reduzir os problemas da FBI à alternativa lapidar: quem não é favorável a que um punhado de representantes e de simpatizantes de duas ou três organizações assumam o controle da FBI em Paris está contra as organizações. Elementar, não é mesmo? E arrogam-se o direito de decidir quem é direção e quem não é, quem entra na FBI ou quem dela cai fora, e sobretudo o que é e o que não é a FBI. Não sabem o que seja um trabalho de frente única. Não imaginam que se ponderável parcela da emigração só vê sentido hoje em trabalhar, no exterior, em termos de frente, é justamente porque não vê sentido em definir-se hoje, por esta ou por aquela organização. Por isso, longe de ser uma alternativa ao burocratismo até agora reinante na FBI, a hegemonia em Paris, de grupos de pressão, por mais "de esquerda" que sejam, outra coisa não seria que a crystalização do burocratismo. Porquê em verdade não há nada de espantoso em que a FBI até agora tenha sido incapaz de auto definir uma democracia interna. Os obstáculos, como vimos, são muitos e complexos. Além do mais, é normal numa organização ou entidade que começa a existir, que o centralismo predomine sobre a democracia. O importante não é pois lamentar no abstrato que a FBI não seja "democrática". O importante é distinguir aqueles que querem perpetuar o centralismo burocrático e aqueles que querem superá-lo. Ora, se nosso balanço crítico prova alguma coisa, é que nenhum organismo de frente única no exterior pode ao mesmo tempo ser de frente única e estar sob o controle particular de uma organização - qualquer que seja a opinião que se possa ter sobre a importância política desta organização. Daí a fisionomia particular que em Paris assumem os impasses gerais da FBI. Em Paris se concentra parte ponderável da emigração brasileira (tanto a de 64 quanto a de 69, 70). Em Paris, como já assinalamos, estão presentes praticamente todas as tendências da esquerda brasileira. Em Paris, nenhuma delas tem hegemonia. Daí ao mesmo tempo o maior acirramento das divergências em torno da questão da frente única e uma ainda maior instabilidade das maiorias eventuais que compuseram e compoem a direção local da FBI. Daí o caráter em certo sentido exemplar que assume em Paris a questão da FBI.

XVI- Ora, justamente em Paris foi defendida, por vários dos camaradas ligados à corrente que se exprime no boletim "Debate", a única proposição política capaz de resolver as contradições da FBI. Esta proposição (que exporemos pormenorizadamente, inclusive em seus aspectos técnicos, num documento específico) consiste fundamentalmente na convocação de uma Conferência de reestruturação da FBI em Paris, da qual devem participar, respeitadas as questões de segurança, todos aqueles que, aceitando o programa mínimo da FBI (anti-ditadura e anti-imperialista) e seus objetivos permanentes (informação, denúncia e propaganda da Revolução Brasileira), se disponham a nela militar em termos de frente única. Só uma Conferência como a que propomos, aberta não apenas a porta-vozes de algumas organizações, mas a todos que trabalham na e pela FBI poderia (1) representar efetivamente a entidade; (2) deliberar sobre a estrutura e métodos de trabalho da FBI em Paris; (3) elaborar uma Carta Política que não seja mero reflexo de opiniões particulares de maiorias eventuais; (4) por um paradeiro a dinâmica dos compromissos e dos acertos de cúpula.

Esta proposição, defendida por nós desde o mês de junho de 70, só mereceu desprézo por parte de alguns representantes de organizações que se consideram capazes por natureza da FBI em Paris. Estes personagens agem como se houvesse no Brasil uma Frente Única da qual fôsem eles os delegados como se fôsse evidente que todos os que querem trabalhar na FBI aceitasssem a hegemonia das organizações que representam. Ora, tal pretensão hegemônica é, nas condições atuais, duplamente inaceitável. (1) porque a tendência que se perfila através de duas ou três organizações agrupadas para reclamar a hegemonia na FBI é extremamente minoritária relativamente ao conjunto da esquerda brasileira; (2) porque é uma aliança de circunstâncias que não corresponde à idêntica aliança no Brasil. Donde a impressão desagradável - de que tal aliança não se fundamenta numa concordância profunda sobre a tática e o programa da revolução brasileira, mas sim no mero desejo de controlar a FBI em Paris.

Para melhor expormos a natureza política do erro do mini-bloco de Paris seria necessário analisar em profundidade o próprio problema da Frente Única, coisa que não podemos fazer aqui. Diremos apenas que a constituição, com intuito de assegurar a hegemonia na FBI, de um mini-bloco marxista "de esquerda", nada mais é que a mini-reprodução em escala parisiense da tão conhecida FER - Frente de Esquerda Revolucionária - que depois de 1964 vem constituindo o sonho dourado de certas correntes esquerdistas. Para bem botarmos os pingos em todos os i da questão cabe recordar que em 67 o projeto da FER foi levantado como alternativa às ações diretas, isto é, como alternativa ao desencadeamento da resistência armada à ditadura. Que hoje, em função do refluxo da guerrilha urbana os partidários da fé procurem se reagrupar e lutem pela hegemonia no seio da esquerda, nada mais natural. (Sobretudo na medida em que os erros e desvios dos grupos militaristas-focistas lhes fornecem abundantes argumentos). Mas o que não é tolerável é que tentem, de Paris, reduzir a Frente Única à FER, isto é, que tentem reduzir as perspectivas de unidade abertas pelo novo curso da luta de classes a partir de 68 às concepções estreitas de certos grupos. Não discutiremos aqui o erro intrínseco da FER. Não tentaremos mostrar como, nem demonstrar porque a própria idéia de uma FER - de uma frente dos esquerdistas - é a confissão tácita de um malôgro, de um duplo malôgro. Malôgro da formação de um sólido partido marxista - proletário e malôgro de uma política de frente única. Não sendo capazes de construir o partido de todos os marxistas, perpetuam a fragmentação partidária de nosso movimento revolucionário. Para disfarçar e superar em palavras esta fragmentação, inventam uma "FER". Ora, uma associação de seitas é algo tão sectário quanto uma série de seitas não associadas. É verdade que a operação FER ainda não foi tentada. Talvez nunca o seja. Afinal, não é fatal que os companheiros que vêm adotando na FBI de Paris uma posição sectária, persistam em seus erros. Não é fatal que continuem invocando o prestígio das organizações que representam para abafar uma indispensável discussão política (que não seja mero acôrdo de cúpula no seio do corpo diplomático da esquerda revolucionária). Não é fatal que não percebam que ao recusarem - com sarcasmos - uma Conferência aberta a

todos os aderentes da FBI em Paris, não estão servindo nem à FBI nem às suas organizações. Não é fatal que continuem temendo o debate ...

XVI - Para terminar alguns esclarecimentos. 1) Caberá à Conferência, que propomos fixar a linha política e a estrutura da FBI em Paris. Ela será pois deliberativa no referente à Paris. Isto é, não procurará resolver por decreto os problemas das outras seções locais da FBI. Fará o que lhe compete: decidirá como deve ser a FBI de Paris, e proporá aos camaradas de outros lugares um modelo análogo de organização, respeitadas as particularidades de cada situação. 2) Cabe à Conferência de Paris definir - deliberativamente para Paris, e como proposição ao resto da entidade - a questão das relações entre a FBI e as organizações políticas do interior do Brasil. A linha de solução da questão não oferece maiores dificuldades teóricas: inexistindo Frente Única no Brasil, inexistente um órgão objetivamente capaz de subordinar a si os diferentes trabalhos de Frente Única, entre os quais a FBI. Inexistindo Frente Única a fórmula "cabe às organizações o comando da FBI" é duplamente errônea. Porque em Paris, "as organizações" são duas ou três (quem sabe quatro, mas mesmo que fossem cinco, que importa? a questão é de princípio). O que implica que ao reclamarem o comando da FBI "para as organizações", o estão reclamando para si. Estão por conseguinte liquidando um trabalho de frente única. A maneira como vêm recusando sistematicamente a Conferência proposta, revela inequivocamente suas intenções. Esperemos que abram os olhos a tempo... 3) De resto, a relação geral e de princípio da FBI com as diferentes organizações e partidos já foi definida no correr do presente relatório. Os militantes e aderentes da FBI são militantes e aderentes da FBI. O que significa que enquanto e na medida que são tais, não lhes cabe falar em nome de nenhuma organização ou partido. Têm os mesmos direitos e deveres de todos seus camaradas de frente única. Esse é um ponto essencial. Causa espécie ver como certos "esquerdistas" propõem alegremente que cabe aos "representantes" dirigir e aos "demais" executar... Aliás, salvo algumas poucas e honrosas exceções, os "representantes" parisienses têm revelado excepcionais aptidões para "dirigir". Pena que os "demais" comecem a impacientar-se com a coisa... Outra questão - que seria absurdo confundir com esta - é a dos vínculos orgânicos entre a FBI como um todo e as diferentes organizações e partidos que considerando útil e importante seu trabalho, julguem oportuno com ela relacionar-se. Independentemente de qualquer iniciativa destes últimos, cabe à FBI, em qualquer tempo, propor a criação de uma Comissão Coordenadora composta do Secretariado Executivo da FBI e dos representantes das organizações e partidos interessados. Esta estrutura de coordenação pode existir tanto ao nível da direção central da FBI quanto ao nível regional. Mas são as questões técnicas não são nunca as mais importantes, ou melhor, só se tornam tais - como vem acontecendo na FBI - quando as questões políticas são abafadas. É esta atitude que deve ser definitivamente eliminada pela realização de uma profunda discussão política. Colocando-se a favor ou contra nossa proposta, cada qual mostrará na prática sua própria concepção de política revolucionária. Cada qual mostrará como entende servir o povo, servir os que se batem contra a ditadura, servir o socialismo.

Paris, novembro de 1970

DEBATE

CORRESPONDÊNCIA ENTRE MIGUEL ARRAES E "ROBERTO" A PROPÓSITO DOS PROBLEMAS DA FRENTE BRASILEIRA DE INFORMAÇÕES.

Publicamos a seguir duas cartas, uma escrita por Miguel Arraes a um camarada que assina "Roberto", e outra, escrita por "Roberto" em resposta à carta de Miguel Arraes. Antes de mais nada Debate agradece aos dois camaradas o terem permitido a publicação das respectivas cartas. Porque embora discutindo problemas políticos, ambas não se destinavam à publicação. Permitindo-a, seus autores mostraram na prática o respeito que têm pela discussão política, pela circulação de idéias e pela solução democrática dos problemas internos de uma entidade como a FBI.

As posições e opiniões defendidas nas cartas abaixo divulgadas são, evidentemente, de responsabilidade de seus autores. O critério político de Debate ao publicá-las é o de proporcionar a todos os militantes e aderentes da FBI instrumentos de análise e de participação ativa na solução dos problemas da entidade. O fato de que muitas das concepções expostas e defendidas nas duas cartas coincidem com as que defendemos em nosso editorial deste número especial não significa que pretendemos unilateralmente salientar as teses que mais se aproximam das nossas. Conforme salientamos na Apresentação deste número, convidamos todas as organizações, correntes e indivíduos que trabalham na FBI a expor suas próprias teses e concepções. Se os que aceitaram nosso convite tendem a concordar conosco em muitas - se não na maioria - das questões que hoje estão na ordem do dia, isto mostra apenas que temos todos em comum um mesmo respeito pela discussão política organizada no seio da esquerda.

CARTA DE MIGUEL ARRAES A "ROBERTO"

Há realmente uma grande confusão. Estou em princípio de acordo com os pontos indicados por você. No entanto, entendo que as tarefas a serem desempenhadas por nós exigem um aprofundamento maior do problema e a discussão cuidadosa de um plano a mais longo prazo. Na carta anterior indico de rasoão essa tarefa. Como estamos diante de toda uma problemática nacional, devemos bem definir os métodos a serem utilizados para enfrentá-la. No nosso caso e mesmo considerando que o trabalho do Front fôsse a única tarefa, a questão dos métodos não está ainda definida. Creio que nossa tarefa não se acaba aí. Na verdade, nossa tarefa é lutar pela revolução no Brasil e o Front é apenas um dos aspectos das nossas atividades. A partir do próprio Front - e por mais que pretendamos ficar numa posição de divulgadores - seremos inapelavelmente levados a estar ligados ao que se realiza dentro do Brasil. As vagas internas irão nos afetar, sem dúvida, e devemos estar bem amarrados para não sermos levados por uma delas. A ligação com o interior - exigência sobre a qual estamos de acordo - significaria que não queremos fazer um boletim de exilados, mas interpretar a luta do nosso povo.

Para fazer o Front, temos que nos situar, portanto, diante da realidade interna do país e face às diferentes organizações que atuam lá dentro. O Front buscaria uma coesão política no conjunto delas, de modo a ganhar em força e em representatividade. Isto é certo e devemos marchar neste sentido.

Como marchar neste sentido? A resposta é função da tarefa que nos cabe. Não só fazer o Front, mas trabalhar no sentido de que surja, no Brasil, uma força capaz de derrubar a ditadura e o imperialismo. O Front é um dos instrumentos a serem utilizados no desempenho dessa tarefa.

Olhando por esse ângulo, os métodos para marchar no sentido indicado assumem maior importância. Algumas questões preliminares também se colocam; ao entendermos que nenhuma organização pode isoladamente fazer a revolução, não podemos ligar as atividades apenas a uma delas. Devemos buscar, por isso, uma coesão política do conjunto delas no exterior. Em muitos casos, essas representações não mantêm sequer contatos dentro do país. A tentativa de unidade vem de algumas poucas que começaram a fazer ações comuns e a demonstrar a intenção de avançar neste sentido.

Neste caso, uma organização isolada ou o conjunto delas não representa, de fato, a revolução brasileira. A aprovação formal do Front por representantes no Exterior não convence como coesão política. Essa formalização traria porém, desde logo, a aprovação do método de ligação entre o Front e as organizações, limitando a autonomia do segundo, dando representatividade a grupos cuja atuação no Brasil é desconhecida ou minimizada pelos demais. Face ao Front teriam todos o mesmo peso.

Existem, mesmo entre as organizações armadas, o que elas chamam de grupos táticos. São organizações ou grupos? O fato de ligarem ao torno de uma organização maior não lhes tira, de certo modo, uma parte da autonomia?

O relacionamento do Front, com cada uma das organizações e com o conjunto delas exige, a meu ver, o estabelecimento de princípios e de métodos que evitem certos problemas. Por exemplo: uma organização dita nacional dispõe de maior número de grupos táticos do que as outras. Esses grupos táticos dispõem de uma sigla, de um representante no Exterior etc. Nada mais fácil do que reunir três representantes e exercer sobre o Front uma ingerência maior do que outra organização nacional que não dispõe desses elementos em razão da natureza de estrutura que adotou.

Um plenário das organizações não pode ter assim a significação que se lhe pretende dar. Acontece que não podemos desprezar as organizações, nem mesmo os grupos táticos, nem mesmo as pessoas. O Front precisa, por isso, estabelecer um método de relacionamento com todos e, para isso, deve ter a autonomia suficiente e não apenas a que lhe for dada por um plenário de representantes.

Nestas condições, o fato de sermos eleitos - eu, você e outro ou outros - por maioria ou por unanimidade, deve ser evitado, porque a eleição não é indicada como método em tais circunstâncias. O acordo geral, sim, a eleição, não.

Como obter o acordo geral e evitar a eleição?

A eleição, por uma unanimidade que pode parecer gloriosa, não convém porque o Front já adquiriu personalidade desde o momento em que os boletins foram publicados. O consenso internacional e a própria aceitação do Front por parte das organizações tornou-o uma entidade reconhecida.

Neste caso é necessário estimular a discussão, impondo tanto quanto possível a personalidade nascente que, por definição, deve ser autônoma.

Entendo que essa hipótese deve ser seguida como método de relacionamento:

- a) porque permite a continuação de um diálogo com as organizações sem uma subordinação direta e imediata;
- b) porque as obriga a refletir sobre a necessidade de solucionar as divergências que têm no interior, preocupando-se mais com a globalidade da luta;
- c) porque evita os inconvenientes apontados acima, isto é, a criação de maiorias artificiais que a burocratização inevitavelmente provoca.

d) porque define melhor os limites da autonomia do Front e das suas atividades. Essa autonomia não pode ser fruto de uma determinação estatutária. Ela é uma necessidade da dinâmica do trabalho e não é reivindicada para que se possa mandar no Front, mas, para que a tarefa possa ser executada. Se isto está certo, o método utilizado por nós está errado. O erro tático que estamos cometendo é o de procurar juntar as organizações em vez de nos juntarmos para discutir com elas e chegarmos a um acôrdo conjunto, isoladamente ou por grupos. Outro erro: estamos procurando o reconhecimento das organizações sem a preocupação de exigir que se reconheçam entre si e sem colocar exigências para que cheguemos a reconhecê-las. Estamos aceitando, sem mais aquela, qualquer sigla que apareça na nossa frente.

Preliminares para a obtenção do acôrdo:

Definir nossa tarefa nos termos já esboçados, isto é, ter em conta que ela ultrapassa o Front e que seria ingenuidade supor que ela poderia ser resumida a um trabalho de divulgação. O simples trabalho de divulgação traz implicações como as que estamos tratando de resolver.

Definir os princípios do Front. Isto parece estar claro e aceito por todo mundo: autonomia, não alinhamento, vínculo com as organizações e sobretudo vínculo com a luta no país.

Estabelecimento de normas que permitissem a participação dos brasileiros em geral, membros ou não das organizações, em tarefas concretas. Seriam recebidos e examinados tôdas as sugestões dos participantes da Frente ou de quem de julgar em condições de ajudar o trabalho. Em cada país seriam estudadas as tarefas que podem ser desempenhadas: em alguns, a divulgação é fundamental; noutros, ela é secundária, sendo mais importante a coleta de informações ou de recursos. Não há condições de estabelecer tarefas idênticas em todos os lugares. No Brasil, os que podem trabalhar para o Front, membros ou não de organizações - só podem, no momento, colher informes. Pode chegar o dia que tenham condições de divulgar notícias e é neste sentido que devemos lutar. O Front não pode ser organizado na base da experiência de um só país, nem em termos estáticos.

Apóio político

O apoio deve vir diretamente do interior para evitar que façamos apenas um trabalho de exilados. É essa crítica que fazemos à visão de alguns militantes. Como criar vários Fronts? Ligados a quem?

O esforço a ser desenvolvido deve ser exatamente no sentido oposto, no sentido da consolidação de um único Front, presente em todos os lugares. Precisamos dar o exemplo de unificação, na prática, no exterior, onde é mais fácil, para estimular a unificação interna.

O apoio político deve ser conquistado pelo trabalho efetivo que for sendo desenvolvido. Foi o trabalho partido da iniciativa de militantes individuais, a maioria não organizados, e desenvolvido por muitos companheiros, que permitiu obter o apoio político ou de vô-lo prometido. O apoio é uma consequência da prática desenvolvida e não um donativo a ser obtido numa reunião. Isso não deve nos levar a superestimar as nossas possibilidades, mas, deve nos permitir uma justa colocação do problema.

Na verdade, foi a execução de tarefas práticas - feitura do Front, reunião de Paris, de Milão, etc, - que proporcionou a tentativa de unificação no exterior. Sem essa prática, as velhas discussões e divisões virão fatalmente. Precisamos de diálogo com os representantes no exterior, mas é necessário sobretudo forçar a comunicação com as direções no interior, seja através dos representantes, seja através das outras organizações.

Na situação atual, é possível perguntar quais as organizações de caráter nacional existentes no Brasil; o que entendemos por organização nacional; quais as que podem nos dar apoio; quais as organizações cujo apoio é fundamental. É certo que precisamos de tôdas e que não deve haver discriminação. A ausência de discriminação deve significar que precisamos de tôdas sem

ilusões de que será possível conquistar sempre a unanimidade. A unanimidade em torno do Front existirá na medida em que ele apresente trabalho e ganhe em força junto à opinião pública internacional e brasileira e junto às próprias organizações.

O método para a conquista do apóio político deve ser, no nosso entender:

a) estruturarmos uma organização no exterior capaz de realizar as tarefas que nos são colocadas;

b) obter apóio direto das direções nacionais das organizações e um relacionamento que faça do nosso trabalho uma continuação do trabalho que realizam;

c) forçar um entendimento interno a respeito do Front entre as direções e não apenas entre os representantes (muitos deles residentes no exterior e sem contáto com as próprias direções), de modo a evitar que as soluções fiquem sujeitas ao simples jogo de pessoas cá fora.

O plenário de que você fala perde a importância no momento em que as discussões assumam esse caráter. Ele poderia existir ou não, sendo a primeira hipótese mais desfavorável. Como conquistar fora uma união que não está sendo feita no interior? Que significação política tem esse acódo, quando o principal não foi resolvido?

Trata-se, sem dúvida, de uma união artificial que poderá ser desfeita a qualquer momento. Não oferece segurança.

Voltando ao plenário, acho que ele pode ser realizado como meio de fazer participar os nossos companheiros no exterior. Não é esse, entretanto, o plenário que tem força para dar sustentação política ao Front.

Vão aí essas reflexões e essas sugestões. Vou ver se discuto com os companheiros aqui, se as ordeno melhor. Você poderia fazer o mesmo, ajudando-nos a apresentar uma proposta correta às organizações.

 NOTA DA REDAÇÃO: Tanto a carta de Miguel Arraes quanto a de "Roberto" foram escritas no período junho-julho 70. A de "Roberto", que trata apenas dos problemas da FBI, é reproduzida "in totum". A de Miguel Arraes, que discute igualmente outros problemas não referentes à Frente de Informações, não é apresentada em sua totalidade. São acima reproduzidas tão somente as passagens que tratam do problema que constitui o objeto do presente número do Debate.

RESPOSTA DE "ROBERTO" A MIGUEL ARRAES

Companheiro,

As dificuldades que vive hoje a FBI são o espelho das que atravessa a revolução brasileira. Não se pode pretender que a sua face seja, no exterior, diferente da que apresenta no Brasil. Como bem dizes, as vagas que no Brasil batem a luta do povo têm, forçosamente, que produzir efeitos no exterior. Mas, ao mesmo tempo em que é importante que não sejamos afogados, é imprescindível manter uma estreita coordenação entre as faces interna e externa, para que o trabalho fora, que pode até tornar-se perfeito, não seja um simples esforço de exilados.

Há em primeiro lugar a resolver o problema dos objetivos políticos da Frente. O caminho que a prática tem indicado conta com a aprovação de todas as organizações revolucionárias brasileiras, qualquer que seja a sua opção teórica—é o trabalho de denúncia dos crimes contra a pessoa humana, cometidos pela ditadura militar, e da exposição desta ditadura como instrumento de imperialismo. Nesse sentido procurou a Frente comprovar inicialmente as torturas a que sistematicamente são submetidos os presos políticos no Brasil. Apoiou, em seguida, as iniciativas das organizações as mais diversas no sentido de constatar e publicar as restrições impostas ao nosso povo de direitos elementares, como de expressão de pensamento, reunião, associação, representação, liberdade

de ir e vir, de reivindicação de necessidades de classe e o próprio direito à vida. Desenvolveu, em seguida, as suas próprias pesquisas nesse campo e publicou-as. Como etapa posterior, iniciou o estudo e a publicação de documento sobre a dominação imperialista no Brasil, que impede não apenas a existência independente do país como - diria, sobretudo - a ascensão das grandes massas a níveis de vida social, econômico e cultural compatíveis com a dignidade humana. Tudo isso se fez com o objetivo de esclarecer a opinião pública internacional sobre as verdadeiras condições de vida em nossa terra e de mobilizar solidariedade ativa para com a luta de nosso povo, assumida pelas suas organizações políticas de resistência.

Não há, portanto, divergências sobre a correção do trabalho cumprido, a sua utilidade e a necessidade da sua continuação. Organizações e mesmo indivíduos que em nada mais se entendem, com isso concordam.

Portanto, não está na plataforma política mínima da Frente Brasileira de Informações a dificuldade que é hoje apresentada com tal intensidade que coloca em risco a sua própria sobrevivência.

Antes de entrar no exame dos problemas que, secundários, são propostos como fundamentais, haveria que analisar a sua origem, para melhor entender a sua colocação.

Hoje, no Brasil, não é revolucionário apenas o militante que pertence a esta ou aquela organização. Revolucionário é aquele que se dispõe a dedicar os seus esforços à construção de uma sociedade justa, portanto socialista, no Brasil e, em consequência a combater o imperialismo e o seu instrumento de dominação interna, o regime ditatorial das classes dominantes. Esse homem ou essa mulher pode ou não pertencer a esta ou aquela organização. No mais das vezes, infelizmente, não pertence a organização alguma, o que dispersa os seus esforços e multiplica os seus riscos. Mas não pertence a organização porque se julga incapaz de reconhecer em uma delas um acervo de acertos ideológicos de tal ordem que a torne um instrumento claro e eficaz - e, para ele, único - da concretização do processo revolucionário. Se esse é o quadro no interior, onde a ânsia de participar da luta muitas vezes faz com que se escolha um instrumento organizacional como o menos errado, no exterior ele se torna ainda mais generalizado. A maioria dos revolucionários que escolheram o exílio como forma a contribuir para a libertação do povo brasileiro busca encaminhar o seu trabalho dentro de uma estrutura de frente, que ainda não é possível realizar-se no Brasil mas que pode existir no exterior e um dia terá de existir no interior.

Há, por outro lado, um tipo diferente de militante no exterior, que tem uma importância muito grande na superação dialética das contradições internas-externas: o que manteve as suas ligações organizacionais ou o que representa uma organização revolucionária.

Ocorre, no entanto, que muitas vezes mesmo o militante com filiação ou representação organizacional se sinta inseguro e frustrado na realização do seu trabalho. Há motivos concretos e subjetivos para isso. Por vezes representa um grupo cujo contáto se perdeu ao embate da repressão. Outras vezes a intensidade das tarefas internas impede que receba instruções precisas do interior, posto que as direções pelo exterior importância meramente secundária e, por terem meios limitados, não consigam transmitir com frequência e rapidez as suas opções. Outros ainda pertencem a grupos que sequer têm uma política para o exterior.

Subjetivamente, pode ocorrer que o tipo e a duração anterior do trabalho político do militante no Brasil haja sido curto e limitado, o que acrescenta à sua insegurança externa. Na Europa, especificamente, só estão exilados de origem burguesa - os que puderam pagar a passagem e acumular o suficiente para sobreviver ao período de adaptação - e de reduzida idade média. É uma das características do regime brasileiro a perseguição aos jovens, sobretudo estudantes, o que produz uma intensa exportação de ex-militantes estudantis extremamente marcados pelas limitações da sua prática anterior. Normalmente, muitos desses militantes, quando encarregados de contáto e negociações com organizações e pessoas de mais longa atividade política,

procuram substituir um póso político que individual ou organizacionalmente não tiveram tempo de conquistar por uma rigidez teórica, intelectualizada, que dificulta o diálogo por seu extremo sectarismo.

Essa constatação não tira a validade que êsses revolucionários, que no Brasil não tiveram possibilidades de maturação, passam ter para o encaminhamento de trabalhos que devem ser conjuntos no exterior. Deve, entretanto, ser assinalada para que os interessados comuns de um processo que tem de ser popular não sejam prejudicados pelas limitações ideológicas, vivenciais e de classe de militantes isolados. Daí ser imprescindível que as ligações da Frente, em nível de responsabilidade política, sejam feitas ou diretamente com as direções no interior ou através de um único representante, devidamente credenciado, com delegação expressa, e de alto nível de responsabilidade. De outra forma, corremos o risco de recebermos posições diferentes e contraditórias de uma mesma organização e de quebrarmos, como já ocorreu, regras de segurança que, por desrespeitadas oferecem armas à ditadura.

A etapa que vivemos no Brasil é ainda organizacionalmente pré-revolucionária, dada a pluralidade das organizações, a divergência de suas posições ideológicas e o estágio inicial da sua implantação. Por outro lado, os que se dispõem a participar ou participam da luta são das mais diversas origens. Muitos pertencem à classe média radicalizada, e, nas organizações atingidas pela repressão são maioria. A formação política de cada um é, também, de grande diversidade - há os que vieram à luta quase por instinto, tangidos por condições de vida intoleráveis nos campos e nas fábricas; há os que tiveram uma formação marxista formal e, posteriormente, romperam com o PCB; há os que se engajaram no marxismo já na fase da diáspora das organizações do partido; há os que não tiveram tempo de aprofundar os seus estudos teóricos, passando muito rapidamente de uma conscientização ideológica para a luta armada; há os que chegaram à luta por intermédio das organizações sindicais, partidárias ou estudantis legais, cuja atuação foi tornada impossível pela ditadura; há, finalmente, os que à luta se entregaram através da mediação de uma opção religiosa, como é o caso de todos os grupos oriundos da chamada "esquerda católica". Essa imensa multiplicidade nos coloca diante da obrigação de manter termos e esforços da frente permanentemente aberta ao diálogo e de, pessoalmente, termos o máximo respeito pela opção de cada um. Não deve interessar-nos discutir se o companheiro que o companheiro que teve, no Brasil, uma atuação meramente estudantil tem um compromisso mais ou menos revolucionário que o que atuou como professor, como político, como profissional liberal, já que na Europa não temos militantes de origem camponesa ou operária. Para nós, todos os que optaram pela revolução devem merecer igual respeito e atenção, desde que dispostos a colaborar no prosseguimento do trabalho revolucionário. Caso, entretanto, as suas limitações ideológicas, as possíveis tendências oportunistas que manifestem ou a negação ao diálogo que apresentam sejam insuperáveis, devem ser afastados do trabalho, por maiores que sejam as suas passadas recomendações. Essa será uma decisão a ser tomada pelo grupo em que se insira ou pelos responsáveis políticos da Frente.

Isso me leva a examinar as dificuldades concretas com que o trabalho hoje se defronta. Pôsto que não são divergências quanto à linha política que vem sendo seguida, é forçoso limitá-las ou a uma tentativa de luta pelo poder deste ou daquele grupo, desta ou daquela organização, ou a uma busca de controle de instrumentos materiais, por mais reduzidos que sejam.

Com isso, o nível da discussão baixa muito. Deve, portanto, ser evitado. Em consequência:

- 1 - Concordo em que um "plenário" de organizações não é apenas impossível como não resolveria os problemas concretos, reduzidos a disputas materiais;
 - 2 - É, entretanto, imprescindível que se aprofunde a discussão política, no sentido de esclarecer melhor os objetivos e as responsabilidades da Frente.
- A discussão política deve, a meu ver, obedecer a algumas regras, de antemão aceitas pelos que dela participarem: a) o reconhecimento de que a Frente existe, está constituída há já algum tempo; tem um trabalho real e obrigações in-

ternas e externas estabelecidas; b) o reconhecimento de que são indispensáveis, para a co-responsabilidade organizacional na entidade, que deve permanecer autônoma, das regras de representatividade e segurança que mencionei acima; c) o reconhecimento de que a plataforma política mínima a que a Frente obedece desde a sua formação não deve ser alterada de tal forma que implique na desolidariedade de organizações revolucionárias com o seu trabalho e a consequente hegemonia desta ou daquela linha tática sobre o conjunto; d) a aceitação de uma co-responsabilidade material na manutenção da Frente, pois que a co-responsabilidade política a isto leva; e) a integração, em pé de igualdade, à discussão de trabalho em todos os níveis de militantes independentes.

Do seu - Roberto -

DECLARAÇÃO DA AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL

A FBI é uma entidade a serviço da Revolução Brasileira. Seu objetivo principal é a tarefa de divulgação no exterior da luta do povo brasileiro contra a ditadura e o imperialismo. Divulgando esta luta a FBI se propõe não só a denunciar os crimes e as injustiças cometidos pela ditadura, mas também a mobilizar o apoio e a solidariedade da opinião pública internacional para a luta revolucionária.

O compromisso da FBI é com a Revolução Brasileira. O que significa que está a serviço de todas as forças que se batem pela libertação do povo brasileiro. É o grau de participação efetiva nesta luta que condiciona a influência política das diferentes organizações sobre este aspecto da atividade revolucionária no exterior.

São membros da FBI os brasileiros e estrangeiros que estão dispostos a assumir a tarefa política de realização dos objetivos definidos acima, dentro das condições específicas de cada seção local.

É a partir desta concepção que a ALN considera, tendo em vista as dificuldades e divergências surgidas no interior da FBI, que a forma correta de resolver os problemas político-organizacionais internos da entidade é a discussão política da qual devem participar em igualdade de condições todos os seus membros. É esta uma condição da eficiência do próprio trabalho da FBI, e é isso que nos interessa em última instância. Só pode cumprir bem uma tarefa quem tem suficiente clareza sobre os objetivos políticos a que ela obedece.

Cabe à atual direção da FBI a iniciativa de promover esta discussão política organizada, única maneira de esclarecer as causas reais e de determinar as soluções corretas para a crise atual.

A ALN, consciência de que são os limites de sua capacidade que determinam os limites de sua influência, considera, por outro lado, que não se deve confundir a questão da estrutura e métodos de funcionamento interno da FBI com a de suas relações com as organizações revolucionárias brasileiras.

Esta segunda questão deve ser solucionada através da designação, por parte das organizações revolucionárias de representantes explicitamente designados junto à FBI, sempre que assim o julgarem necessário.

dezembro de 1970

CARTA DE DEMISSÃO

Membro do Comitê de Redação do boletim "Debate" desde seu primeiro número, vejo-me agora na obrigação de apresentar minha demissão, diante da nova orientação que assume o boletim, com a publicação do documento "Pela reorganização da FBI em Paris".

Antes de mais nada cremos que com este documento desnaturou-se o caráter do boletim: em vez de ser uma tribuna de discussão e elaboração teórica sobre os grandes problemas da revolução brasileira, tende a se transformar num instrumento das quèrelas intestinas da emigração brasileira em Paris. O clima político desta emigração já está suficientemente deteriorado por pequenas brigas pessoais para que ainda seja necessário lançar lenha na fogueira com documentos agressivos e injustos como o agora publicado por Debate.

É óbvio, entretanto, que a principal razão de nossa demissão é a discordância total com a concepção política do documento. Não que algumas das críticas que ele faz ao FBI em sua atuação até aqui não sejam parcialmente corretas. Mas a análise que ele faz destas falhas e as soluções que propõe nos parecem negativas e inaceitáveis.

O documento acusa injustamente "duas ou três organizações" de estarem reclamando "o comando da FBI", mas acrescenta "mesmo que fôssem cinco, que importa? a questão é de princípio". Este pequeno acréscimo tem o mérito da franqueza ao pôr as "cartas na mesa". Com efeito, não se trata do que duas ou três organizações pensam, mas do princípio segundo o qual a legitimação da FBI seria dada em última instância pelo conjunto das organizações revolucionárias que estão efetivamente lutando contra a ditadura no Brasil. Esta legitimação da FBI pelo movimento revolucionário organizado no interior do Brasil (através de seus representantes no exílio) é que é recusada pelo documento sob pretexto de ser "de cúpula", "burocrática", "centralista", etc.

E qual a alternativa proposta? A legitimação da FBI por uma amorfosa "Conferencia dos que trabalham na FBI", isto é, na prática, uma legitimação por um grupo de indivíduos exilados, atomizado e indefinido. Se os companheiros do Debate propuzessem a formação de uma associação de estudantes brasileiros em Paris, constituída em Conferência aberta, democraticamente eleita, etc. nada teríamos a opor. O que não aceitamos é confundir a FBI, órgão informativo a serviço do movimento revolucionário no Brasil com uma entidade representativa da emigração em Paris. Com esta proposta, qualquer semelhança entre a que a FBI faria em Paris, e o que esta vanguarda pensa ou faz no Brasil seria pura coincidência.

Parece-nos haver no documento:

1) Uma concepção falsa de Frente Única em geral, que é considerada não como um movimento de massas estruturado em torno de um núcleo da vanguarda revolucionária organizada (exemplo FN no Vietnã), mas como conglomerado amorfo, atomizado de indivíduos opostos à ditadura, no qual não haveria lugar para as organizações enquanto tais.

2) Uma concepção errônea do trabalho de informação no exterior como "auto-legitimado", "autônomo", e "independente" em relação não a um ou outro grupo, mas ao conjunto da vanguarda revolucionária que está no interior do Brasil.

Ao propor a legitimação da FBI "em última instância pela luta revolucionária dos oprimidos e explorados no Brasil" o documento escamoteia o fato de que esta luta é mal ou bem, com erros e vacilações, dificuldades e sofrimentos, conduzida e dirigida por grupos organizados de militantes. Todo e

qualquer trabalho no exterior que queira fazer abstração deste fato, enveredada por um caminho extremamente duvidoso.

Para nós, pelo contrário, a FBI deve ser uma emanção, no exterior do movimento revolucionário organizado no Brasil. Por enquanto têm participado da FBI, através de seus representantes no exterior, 6 ou 7 organizações, mas a lista não é restritiva, podendo e devendo ser ampliada para outras organizações revolucionárias. Para nós são as organizações que dão, em última análise, uma legitimação à FBI e garantem a harmonia indispensável entre o trabalho de informação no exterior e a luta dos militantes no interior.

Isto não significa, em hipótese alguma, negar a participação na FBI, de pessoas, grupos ou militantes independentes, que se encontram na emigração. Tais pessoas têm dado uma contribuição decisiva ao trabalho da FBI e sua presença, ao nível executivo e deliberativo é indispensável. Mas tais pessoas, grupos ou militantes independentes seriam convidados à FBI, aos seus órgãos executivos e deliberativos, por um comum acôrdo das organizações.

Temos a certeza de que a maioria dos (atuais e futuros) membros "independentes" do Front em Paris desejará colaborar com o Front participando em suas comissões de trabalho ou auxiliando anônimamente em tarefas concretas, precisamente na medida em que se garantir que o Front é a expressão no exterior dos militantes que lutam no Brasil: eles terão confiança no Front precisamente na medida em que souberem que ele está organicamente vinculado à vanguarda revolucionária organizada no interior; precisamente na medida em que ficar claro que o Front não é uma criação artificial e amorfa de alguns emigrados, mas sim em última análise, uma frente, no exterior, das organizações revolucionárias que existem no Brasil.

O mesmo raciocínio é válido para as organizações européias que apoiam e continuarão a apoiar a FBI, porque a consideram um organismo representativo das correntes políticas da vanguarda revolucionária no Brasil.

Para terminar: estamos convencidos da sinceridade e das boas intenções dos camaradas do Comitê de Redação de Debate; apelamos portanto para que percebam o erro em que incorrem e colaborem, de forma construtiva, a reorganizar e reforçar a FBI em Paris.

CARLOS MOURA

dezembro de 1970

A PROPÓSITO DO PEDIDO DE DEMISSÃO DE CARLOS MOURA

Se Carlos Moura defendesse seu ponto de vista e tomasse a atitude que lhe parecesse mais coerente com este ponto de vista, nada teríamos a comentar. Ocorre porém que ele tem mais de um ponto de vista. Essa versatilidade parece-nos merecer um comentário.

De um lado, Moura é defensor e solidário do documento que materializa o que chamamos em nosso editorial de "operação FER". Trata-se do documento "Proposta para a FBI", assinado pelo POC e pela VAR-PALMARES, ou melhor, por seus representantes em Paris. Estipula-se ali que "a assembléia dos representantes das organizações será o organismo deliberativo (da FBI)". Concepção que encobre o desejo -silencioso- de, aproveitando o fato de que estas organizações (e não "as organizações") conseguiram eventual maioria na FBI de Paris, capitalizar em proveito próprio um trabalho coletivo. Esta é a "astúcia" que se encobre por trás dos pretextos e protestos de piedosa reverência aos camaradas que, dentro do Brasil, arriscam a pele no combate à ditadura. Estes camaradas estão longe, é fácil invocá-los como a devota que invoca os santos para encobrir suas próprias mesquinhas.

Porque de outro lado Carlos Moura, em sua carta de demissão que por ser publicada em Debate será lida pelos emigrados "amorfos e indefinidos", declara que "a contribuição decisiva" à FBI de "pessoas" independentes as faz merecedoras de participar da entidade não somente "ao nível executivo", mas também ao nível "deliberativo" (sublinhado por ele). Isto é, para uso interno, Moura fecha com o documento "Proposta...", que é a carta de hegemonia da tendência FER em Paris. Para uso externo, fantasia-se com a inocente pele do cordeiro e sussurra promessas doces às "pessoas" que estiverem de acôrdo em converter-se em massa de manobra da operação FER. Não se pergunta quais as condições políticas que permitiram que independentes dessem "con-

tribuição decisiva" (como ele próprio diz) à FBI. Não desconfia pois que tal contribuição só foi possível porque e na medida que a FBI aparecia como um trabalho de frente única e não como instrumento de uma fração atuando como "rolo compressor". Esquece que foi justamente no momento em que a "operação FER" foi posta em funcionamento na FBI de Paris que se deteriorou de uma vez o clima político no seio da entidade. Esquece que o que mais desmobiliza e "tira confiança de uma entidade é o fato de nela inexistir clareza sobre seus objetivos e métodos políticos." Esquece que o "conjunto das organizações" de que fala vem sendo torpedeado, no Brasil, pelos próprios correligionários de Carlos Moura, que foram os inventores da divisão entre o "bloco socialista" e os "libertadores".

A diferença entre Debate e Carlos Moura é que Debate tem uma só e mesma posição ao passo que Carlos Moura, na questão da FBI muda de posição com mais facilidade com que muda de camisa. Mais: não é Carlos Moura que vai nos ensinar que a luta no Brasil "é mal ou bem, com erros e vacilações, dificuldades e sofrimentos conduzida e dirigida por grupos organizados de militantes".

Finalmente quando pretende analisar a questão da Frente Única e as tarefas da FBI a carta de Carlos Moura nada mais faz que exprimir suas próprias confusões a respeito do próprio conceito de Frente Única. Ao criticar a concepção de Frente Única que nosso editorial defende não encontra outro recurso senão misturar o que ele mesmo chama de "querelas intestinas da emigração brasileira" com a luta heroica do povo vietnamita. Com efeito invoca para explicar o problema preciso, concreto e particular do trabalho de frente única no exterior, o exemplo do FLN do Vietnã. Talvez o que Carlos Moura não entenda é que algumas condições históricas e políticas no momento em que se criou o FLN do Vietnã é que tornaram viável e correta sua criação, estão longe de terem sido cumpridas no Brasil. Entre elas, uma fundamental: a existência de um sólido partido revolucionário que nunca pretendeu resolver a questão da hegemonia no interior da Frente por decreto, mas que ao contrário solucionou-a em função e como resultado do próprio desenvolvimento da luta revolucionária do povo. É interessante ressaltar que os mesmos argumentos utilizados meses atrás por aqueles que então insistiam em reduzir a FBI a mera agência de informações e denunciavam "a tentativa de se criar a Frente Única no exterior por exilados amorfos, atomizados e grupos indefinidos", hoje defendem a formação da Frente Única no exterior com aqueles mesmos argumentos que naquela ocasião já lhes tinham servido para "provar" exatamente o contrário. Aliás, quem leu com atenção e honestidade nosso editorial verá que esta nunca foi a posição de Debate, já que leal e abertamente insistimos nas limitações do trabalho de frente única no exterior e repetimos incansavelmente que a legitimação da FBI é dada em última instância pela luta revolucionária no Brasil. É por isso que nos cabe considerar que qualquer semelhança entre a idéia que tem Carlos Moura de nosso editorial e o nosso editorial é próprio é, isso sim, mera coincidência.

Nossas posições são claras, coerentes e abertamente defendidas. Nosso editorial de Debate 3 explicou os lineamentos fundamentais de nossa concepção de Frente Única. Mesmo que com ele não concordem algumas das organizações brasileiras, ele contribui ao menos para situar problemas e clarear posições. Com isto estamos servindo mesmo os camaradas que não concordam conosco. E estaremos assim sendo mais úteis à causa do socialismo no Brasil que certos amigos no exterior de algumas organizações brasileiras. A respeito destes amigos as organizações em questão deveriam dizer, seguindo a sabedoria popular: que Deus me livre de meus amigos, que de meus inimigos, cuido eu.

Publicamos mais abaixo uma carta escrita pelo indivíduo denominado Augusto César de Castro Moniz de Aragão, cuja ocupação consiste em ser general do exército brasileiro, mas que nas horas vagas escreve cartas. Divulgaremos uma delas, a título de apêndice a este número especial de Debate. Obviamente, a carta nada tem a ver com as questões internas da FBI. Mas tem muito a ver com sua atividade específica de informação e de denúncia. Uma circunstância especial torna ainda mais interessante a publicação da carta do sr. Moniz.

Com efeito, após assassinar o dirigente revolucionário Joaquim Câmara Ferreira, a ditadura fez publicar na imprensa burguesa do Brasil alguns documentos encontrados, segundo a polícia

no "aparêlho" do heroico camarada Ferreira. Dentre eles, foi dado, por esta imprensa, especial destaque a uma carta atribuída a um militante da ALN e endereçada, da Europa, a Câmara Ferreira. Partindo da hipótese de que a carta seja verdadeira - já tivemos muitas provas de que o regime dos torturadores é também um regime de falsificadores -, ela mostraria que nem todos os problemas internos da esquerda são tratados de forma politicamente correta. Mostraria que há desconfianças, rivalidades e até mesmo intrigas no seio das forças que combatem a ditadura. Mostraria enfim um insuficiente sentido de responsabilidade e respeito revolucionário pelos camaradas com quem se trabalha ao nível de frente única no exterior. Mas não mostraria muito mais que isso. Não mostraria patifaria, roubalheira, malversação de fundos públicos, picaretagem, etc.

Porque isso é privilégio da ditadura oligárquica e militar que oprime o povo brasileiro. E é sobre isso que versa a carta do gorila Moniz. Denuncia a escandalosa corrupção do governo Costa e Silva. Mostra que enquanto o gorila Garrastazu coordenava, à testa do SNI a vasta máquina de torturas com que se pretendia sufocar a resistência popular, sobretudo armada, ao regime, Andreazza, filhos, parentes e amigos de Costa e Silva "enchiam a mala" pensando talvez em precaver-se para o futuro, colocando os frutos de sua delinquência em bancos suíços e preparando uma velhice tranquila em Miami Beach. Dona Yolanda, mulher de Costa e Silva, e traficante notória de pedras preciosas de todos os quilates, não é mencionada na carta do gorila Moniz. O que mostra que também os gorilas são cavalheiros.

No mais, a carta pode ser considerada como a auto-crítica de um gorila. Como tal, é repleta de baixa demagogia, de péssima "literatura", de semi-analfabetismo militar. O que nos levou a suprimir longas passagens que eram pura "encheção de linguiça", ou que por estarem regididas de maneira impossivelmente confusa, eram praticamente incompreensíveis. Mas, como verá o leitor, há passagens que são bem claras...

Tal carta não foi publicada pelos jornais brasileiros da época. Que amam mais, pelo visto, a Arte Epistolar da esquerda... Circulou apenas em alguns jornais de esquerda da América Latina, e em especial no jornal uruguaio "Marcha". Debate vem agora suprir esta lacuna. Afinal, se o Estadão pode publicar cartas da AEN, porque que nós não podemos publicar a carta do sr. Moniz?

Rio de Janeiro, GB, 17.6.1969

Senhor Ministro do Exército,
(...)

Notícias e fatos públicos, verdadeiros ou não, em todo ou em parte, não retificados ou desmentidos, permitem a suposição de que o Governo Revolucionário se encaminha para condição semelhante àquela referida pelo filósofo, ou pelo menos para o reinado de transferência interesseira, fingidamente ignorada ou silenciosamente admitida, sob a pressão legal. Entre outros, para dar objetividade à nossa argumentação, citaremos alguns exemplos:

- culto da personalidade através do artifício de homenagem prestada publicamente à memória do pai do Presidente
- nomeação de um irmão do Presidente para o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, ocorrência que deu motivos a protestos e escândalo públi-

co.

- a revisão da reforma do general R/1 Severo Barbosa, sógro do presidente
- a designação do cunhado do Presidente, Sr. Jair Rodrigues, conhecido trafi-
cante, para cargo de direção da LBA.
- a desenvoltura do Coronel R/1 Alcio Barbosa Costa e Silva, nos meios empre-
sariais e financeiros.
- o ato do General R/1 Clóvis Bandeira Brasil, amigo do Presidente e no exer-
cício de cargo de confiança dêste, que se prevalecendo de autorização de
uma câmara legislativa espúria e por isso interdita, aumentou os próprios
vencimentos e os de seus assessores.
- as grandes verbas concedidas ao Ministro dos Transportes para a realização
de duvidosa política... Tal discriminação -murmura-se, e há para tanto moti-
vos- parece ter em vista proporcionar ao atual Ministro dos Transportes
projeção e prestígio, que o recomendem à próxima sucessão presidencial.
- a simultaneidade das viagens de 6 Ministros de Estado, com numerosos séqui-
tos, ao estrangeiro...

As Forças Armadas fizeram a Revolução para deter a subversão e implan-
tarem um governo de Salvação Nacional, com a incumbência de combater a cor-
rupção e de repor e preservar a austeridade pública. Tal Governo se, de um
lado, tem o dever de esmagar desonestidades e o deboche administrativo e
político, de outro, precisa ser não só efetivamente puro, austero e eficiente,
como principalmente parecer tudo isso aos brasileiros.

Os oficiais das Forças Armadas... entendem que têm o direito e o dever
não só de fiscalizar e apreciar os atos do Governo, que imaginam sua criatu-
ra, como até de afastá-lo se dele discordarem. Diante das perplexidades, ambi-
guidades e contradições do governo... somadas àquelas antes referidas, e à
publicidade permitida em torno do "caso do Coronel Boaventura"... mostram-se
intranquilos e inquietos, especialmente os mais jovens. Poderíamos dizer que
se encontram em conflito latente com seus Chefes, por êles inculcados de
abulia, tolerância ou cumplicidade diante dos uspostos ou reais equívocos
governamentais. Tal estado de espírito é perfeitamente compreensível, e por-
isso deveria ter sido encarado para que se lhe desse o tratamento adequado.
Procede do esgarçamento dos laços disciplinares e da distorção dos conceitos
de comando e chefia por efeito da própria rebelião... Por falta de orientação
adequada enveredam todos por caminhos sempre mais perigosos e nocivos à
integridade da classe, condição essencial à defesa do regime.

O pior no entanto é a hipótese... de um ou mais chefes militares, per-
cebendo a contingência de ser ultrapassado pelos subordinados, que não sou-
beram orientar ou conter, procurarem colocar-se "na crista da onda" provo-
cando com isso a fatura da unanimidade militar e assim favorecendo o de-
sencadeamento de uma tempestade que nos arrastará a todos para o caos im-
previsível.

Eis Sr. Ministro, a grave realidade que se criou e agravou sob nossos
olhos... perigo que não afastaremos nem mesmo atenuaremos com recomendações
e proclamações técnicas-antes através de ação planejada e voluntariosa...
visando a retomada das rédeas de comando e liderança que os chefes milita-
res deixaram que se lhes escapassem entre os dedos...
(...)

Entretanto só Vossa Excelência está legalmente capacitado para propor-
cionar ao mecanismo militar o arranco inicial... Ainda há tempo, tome a ini-
ciativa... Imponha ao Exército maior regime de guerra, porque na verdade en-
frentamos a "guerra revolucionária"... não permita que se restaure a situação
de 1968.

Urge que Vossa Excelência, com os Ministros da Marinha e da Aeronáutica
... se acostem ao Presidente para que êle sinta a realidade física do apóio
das Classes Militares -que só estas apóio lhe asseguram...

Ainda há tempo para tudo isso. Lembro no entanto que a oportunidade di-
fícilmente se repetirá. (...) ASSINADO: GENERAL DE EXERCITO Augusto César de
Castro Moniz de Aragão. OBSERVAÇÃO: A carta acima, divulgada apenas pelos
canais internos do aparelho militar, teve como consequência a exoneração
sumária do general Moniz de Aragão do cargo de DPG e do Alto Comando do
Exército).

Paris, le 2 juillet 1970

Cher Ami,

Le Comité Europe- Amérique Latine et le Front Brésilien d'Information ont le plaisir de vous inviter à un débat public avec trois des combattants de la résistance brésilienne récemment libérés en échange de l'Ambassadeur allemand au Brésil: Apolônio de Carvalho, Ladislav Dowbor et Angelo Pezzuti. Le débat, qui aura lieu le mercredi 8 juillet à 20,45 heures à sera dédié aux problèmes de stratégie révolutionnaire au Brésil.

Comité Europe-Amérique Latine
Front Brésilien d'Information

Les organisations suivantes participent au Comité Europe-Amérique Latine: Terre Entière, ASS.Int. des Juristes Démocrates, Politique Aujourd'hui, Objectif 72, Christianisme Social, Etudes, La lettre, Esprit, C.I.R. , Ligue des Droits de l'Homme, Croissance des Jeunes Nations, M.D.P.L., Vie Nouvelle, PSU, UNEF, Conférence Chrétienne pour la Paix, ARCAL, CFDT, Solidarité Pérou, Témoignage Chrétien, CIMADE, Comité Catholique Contre la Faim, Ligue Communiste, etc.